

As duas guerras culturais da Europa e o futuro do Ocidente

Se definirmos o século XX, não pelas convenções cronológicas, mas pela sua história política, este começou com os tiroteios de Agosto de 1914 e acabou quando os últimos grandes efeitos políticos da Grande Guerra foram varridos de cena em Agosto de 1991, com a morte da União Soviética.

Tudo o que aconteceu neste intervalo — a falsa paz no período entre guerras, a Grande Depressão e a ascensão dos sistemas totalitários, a Segunda Guerra Mundial — todos foram, directa ou indirectamente, produtos da Grande Guerra. (...)

À medida que o Ocidente se aproxima do centenário destes cataclismos, impõe-se uma pergunta difícil: será que o Ocidente pode antecipar, com alguma confiança, que manterá a sua forma cultural e política essencial no bicentenário da Grande Guerra? Devo confessar que a resposta a essa questão é quase seguramente, “Não”.

Porque não podemos ter a certeza que o Ocidente de 2114 manterá uma continuidade clara e inconfundível com o Ocidente de 2014 e o Ocidente de 1914 — e muito menos o Ocidente de 1514 ou 714 ou 314? Não será porque o aquecimento global (seja este verdadeiro ou não) deixará Lisboa, Nova Iorque e Sidney a afundar-se nas ondas provocadas pelo gelo polar, mas porque o Ocidente, tal como as outras grandes civilizações, é uma cultura construída sobre a defesa de certas ideias e verdades; e se uma civilização enfraquece a defesa dessas mesmas verdades, não consegue definir-se, perante si própria ou perante outras civilizações, e porque não pode definir-se, morre.

O Ocidente está a perder a sua capacidade de definir os seus compromissos políticos mais profundos, e essa forma de desarmamento intelectual e moral está a colocá-lo em grande perigo. O problema é mais acentuado na Europa, que em décadas recentes tem sofrido o que eu tenho vindo a chamar uma “crise moral civilizacional”. Essa crise de confiança atingiu o seu primeiro momento agudo e dramático na Gran-

de Guerra, mas a actual crise europeia moral civilizacional só poderia vir à superfície e ser realmente compreendida, quando os efeitos políticos da Grande Guerra ficaram finalmente para trás, tal como aconteceu desde Agosto de 1991. (...)

A actual desorientação da Europa é um aviso de que o ambiente cultural está a tornar-se demasiado tóxico para sustentar a vida democrática. Da mesma forma, a renovação cultural e moral da Europa apontaria o caminho para o século XXI a todo o mundo Ocidental, e, seguramente, para o mundo inteiro. Mas não se iludam: a menos que a Europa encontre em si própria os recursos para emergir do seu actual mal-estar e ausência de vitalidade espiritual, cultural e política — dentro dos próximos vinte anos — a Europa de 2114 não garantirá certamente uma continuidade reconhecível com a Europa de 2014, ou 1914, ou 314.

A crise moral civilizacional da Europa resultou em duas guerras culturais que Europa enfrenta.

A Guerra Cultural A espelha, de forma mais acentuada, a divisão entre “estados vermelhos” e “estados azuis” nos Estados Unidos; isto é, uma luta pela supremacia cultural entre os defensores das convicções morais tradicionais e as forças pós-modernas do relativismo moral. A Guerra Cultural B, em contraste, não tem paralelo imediato na América: a Guerra Cultural B é a batalha pela definição da natureza da sociedade civil, o significado da tolerância e do pluralismo, e os limites do multiculturalismo numa Europa envelhecida, cujas taxas de fertilidade abaixo do nível de substituição abriram a porta a populações muçulmanas em rápido crescimento e afirmação. Os agressores na Guerra Cultural A são secularistas radicais,



frequentemente motivados pelo que Joseph Weiler, um acadêmico e jurista judeu, chamou de “Cristofobia”. Têm como objectivo eliminar os vestígios da cultura Judaico – Cristã da Europa numa União Europeia pós–Cristã, exigindo o casamento homossexual em nome da igualdade, limitando a liberdade de expressão em nome da civilidade, e condenando aspectos fundamentais da liberdade religiosa em nome da tolerância. Os agressores da Guerra Cultural B são radicais e muçulmanos jihadistas que detestam o Ocidente, determinados em impor tabus islâmicos nas sociedades Ocidentais através de contestação violenta e outras formas de coerção se necessário, e vêem tais operações como o primeiro passo para a Islamização da Europa. (...)

A questão que a Europa deve enfrentar, mas que grande parte da Europa parece relutante em fazer, é saber se os agressores da Guerra Cultural A não tornaram excepcionalmente difícil para as forças de civilidade genuína, tolerância verdadeira e sociedade civil autêntica prevalecerem na Guerra Cultural B.

A queda da Europa para o que o teórico político francês Pierre Manent chamou de “depoliticization” parecia ser uma questão de políticas do Estado–Providência, economia socialista, política comercial proteccionista, e uma propensão para a regulamentação governamental de virtualmente todas as facetas da vida. E, de facto, houve uma expansão da aparente determinação da Europa de se amarrar cada vez mais com as cordas da regulamentação democrática. (...)

À medida que as paixões regulamentadoras continuam a ter consequências económicas, também foram afinadas ideologicamente, recentemente, no sentido da “Cristofobia” de Weiler. (...)

A Guerra Cultural A também envolve questões cruciais sobre o início e o fim da vida, e não há lugar onde estas questões não sejam colocadas de forma mais acentuada do que nos Países Baixos. A Holanda há muito que goza uma reputação de libertinismo legalizado envolvendo drogas e prostituição, liderando a Europa no caminho da eutanásia e do casamento homossexual. (...)

A Guerra Cultura A também se encontra nos movimentos para a imposição de comportamentos considerados progressistas, compassivos, que não fazem juízos de valor, ou politicamente correctos, no sentido mais extremista do termo seja este feminista ou multiculturalista. Recentemente, tem assumido tipicamente a forma de regulamentação legal por parte dos países membros da U. E., restringindo no debate público os comentários morais críticos ao comportamento homossexual, chamando de “discurso do ódio” – um membro do parlamento francês foi re-

centemente multado por dizer que a heterossexualidade era moralmente superior à homossexualidade. (...) Em Fevereiro de 2006, a pressão da U. E. derrubou o governo de coligação num dos seus Estados – Membros, a Eslováquia (...)

Os Eslovacos tinham negociado um tratado que regulamentava a posição legal da Igreja Católica na Eslováquia, com o Vaticano. A concordata estipulava que a lei eslovaca garantiria uma clausula de consciência que respeitava a decisão de médicos que, por razões de convicção moral optavam por não fazer abortos. Esta provisão da concordata foi duramente atacada pela Rede de Especialistas Independentes de Direitos Humanos da União Europeia, que aconselha a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu. Segundo o relatório de 40 páginas, os profissionais médicos não podem ser autorizados a não praticar abortos. Porquê? Segundo o relatório, o direito a abortar uma criança é um direito humano internacional, enquanto que o direito à objecção de consciência com base religiosa (ou, de facto, qualquer outra forma de objecção de consciência) “não é ilimitado”.

O debate que se seguiu no Parlamento em Bratislava sobre os riscos de ofender Bruxelas e Estrasburgo (...) destabilizou a coligação de centro-direita ao ponto do Primeiro Ministro dissolver o parlamento e marcar novas eleições.

Em Janeiro de 2006, uma resolução do parlamento Europeu condenava os Estados que não reconhecem o casamento homossexual como “homofóbicos”; a resolução também se referia à liberdade religiosa como “fonte de discriminação”.

Estes problemas são suficientemente preocupantes por si só. Mas o facto da Europa estar neste momento numa guerra cultural sobre a imposição legal do politicamente correcto neste momento particular da sua história, (...) parece ser uma distração bizarra do facto mais dramático do continente no início do século XX. A Europa está a cometer um suicídio demográfico, há algum tempo. (...)

Nenhum Estado Membro da U.E. tem uma taxa de fertilidade ao nível da substituição das gerações (as 2,1 crianças por mulher para manter uma população

A Europa está a cometer um suicídio demográfico, há algum tempo. (...) Nenhum Estado Membro da U.E. tem uma taxa de fertilidade ao nível da substituição

estável). Onze países da U.E.- incluindo a Alemanha, Áustria, Itália, Hungria e os três Estados Bálticos – têm um “crescimento natural negativo” (isto é, mais óbitos do que nascimentos por ano), um passo descendente na espiral da morte demográfica. Estes números são já suficientemente alarmantes quando agregados. Mas o diabo está nos detalhes demográficos, que graficamente ilustra o que acontece quando um continente que nunca foi tão saudável, rico e seguro, recusa-se a produzir para a sua sucessão. (...)

Mas a queda demográfica da Europa é o elo entre a Guerra Cultural A e a Guerra Cultura B. A história odeia vazios, e o vazio demográfico criado pela infertilidade auto-destrutiva da Europa tem sido preenchida por uma imigração em larga escala vinda do mundo islâmico. (...)

Os Estados-Providência europeus sustentam generosamente imigrantes que menosprezam os seus países de acolhimento – e em algumas circunstâncias voltam-se violentamente contra eles (veja-se as bombas no metro e autocarros de Londres em 7 de Julho de 2005). No entanto, graças à legislação criminal europeia politicamente correcta, (...) o Holandês-Indonésio que assassinou o cineasta Theo Van Gogh em 2004 no meio da rua em Amesterdão e fixou um recado pessoal no peito da vítima com uma faca de cozinha, mantém o direito de voto – e poderia, se quisesse, candidatar-se a deputado do parlamento Holandês. (Entretanto, pelo menos dois deputados holandeses, críticos do islamismo extremista, foram forçados, pelas ameaças islâmicas, a viver sob guarda de polícia ou militar, e um deles está no exílio em Washington, D. C.) (...)

As piscinas públicas em França foram segregadas por sexos devido aos protestos dos muçulmanos. (...) Há uns anos atrás, a Cruz Vermelha britânica proibiu árvores de Natal e cenas do presépio nas suas lojas, com receio de ofender os muçulmanos, enquanto que, por razões parecidas, a polícia holandesa destruiu uma peça de arte urbana em Roterdão que proclamava “Não matarás”, logo após o homicídio de Van Gogh. Entretanto, as crianças holandesas não podem expor bandeiras holandesas, nas suas mochilas, porque os imigrantes podem considerá-las “provocadoras”. (...)

O vazio demográfico criado pela infertilidade auto-destrutiva da Europa tem sido preenchida por uma imigração em larga escala vinda do mundo islâmico. (...)

Como que por ironia intelectual, o multiculturalismo europeu, baseado em teorias pós-modernas sobre a incoerência do conhecimento (originando a relatividade de todas as verdades), tornou-se ele próprio incoerente. Vejam este exemplo do Reino Unido: O Primeiro-Ministro Tony Blair nomeia Iqbal Sacranie, Secretário-Geral do Conselho Muçulmano Britânico, como seu conselheiro para assuntos muçulmanos e fá-lo cavaleiro. Sir Iqbal diz à BBC que a homossexualidade “mina o fundamento da sociedade” e na sequência dos protestos de um grupo de pressão homossexual britânico, é investigado pela “unidade de segurança da comunidade” da Scotland Yard, cujo mandato inclui “crimes de ódio e homofobia”.

Depois, quando um grupo de pressão muçulmano exige a Blair que acabe com o “Dia em Memória do Holocausto” que criou, Sir Iqbal apoia o pedido, dizendo ao Daily Telegraph que os “muçulmanos sentem-se magoados e excluídos, uma vez que as suas vidas não têm o mesmo valor do que as vidas perdidas no Holocausto”.

A Guerra Cultural A – a tentativa de impor o multiculturalismo na Europa, limitando a liberdade de expressão, definindo a convicção religiosa e moral como falsa, e usando o poder do Estado para forçar a “inclusividade” e a “sensibilidade” – é uma guerra sobre o próprio significado da tolerância. O politicamente correcto extremado que se vive na Europa está enraizado numa doença mais profunda: a rejeição da crença que os seres humanos possam entender a verdade das coisas, mesmo de forma menos adequada ou incompleta. É uma crença que tem estado durante quase dois mil anos subjacente à civilização europeia, que cresceu da interacção de Atenas, Jerusalém e Roma. A alta cultura europeia pós-moderna rejeita essa convicção. E porque apenas consegue conceber “a sua verdade” e “a minha verdade”, rejeitando a ideia de “verdade”, apenas concebe a tolerância como indiferença perante as diferenças – uma indiferença a ser mantida pelo poder coercivo do Estado, se necessário. (...)

O cepticismo da alta cultura europeia sobre qualquer verdade também conduziu a um relativismo moral corrosivo que pode originar em paralisia política. O que os cépticos europeus vêem como a “abertura” moral do continente é, de facto, o que tornou a Europa tão vulnerável ao Islão radical: um conceito de “abertura” moral baseado num cepticismo radical sobre a capacidade humana de saber a verdade, dá origem a uma cultura incapaz de definir os seus compromissos mais profundos (...).

Uma análise paralela das guerras culturais da Europa, e uma receita para a renovação cultural e moral foi definida recentemente através de um diálogo no-

tável entre Marcello Pera, um académico agnóstico que se tornou político (e ex-Presidente do Senado Italiano) e o Papa Bento XVI. Esta conversação resultou em dois livros de importância considerável: co-escreveram *Without Roots: The West, Relativism, Christianity, Islam* e o último livro de Joseph Ratzinger, antes de ser eleito Papa: *The Europe of Benedict and the Crisis of Cultures*, é prefaciado pelo Senador Pera. (...)

O que esta convicção pode significar politicamente, está representada num manifesto que Pera e uma série de outros distintos italianos lançaram antes das eleições italianas de 2005, chamado, “Pelo Ocidente, o Guardião da Civilização”. Depois de brevemente descrever as duas guerras culturais, o manifesto define uma ampla agenda para a renovação: “retirar [ao terrorismo] qualquer justificação ou apoio”, integrar imigrantes “em nome de valores partilhados... sem aceitar que os direitos de um grupo prevaleçam sobre aqueles dos indivíduos”, apoiar “o direito à vida da concepção à morte natural”, desmantelar a burocracia desnecessária segundo “o princípio da maior liberdade possível, tanto Estado quanto o necessário”, “afirmar o valor da família como uma parceria natural baseada no casamento”, divulgar a “liberdade e democracia como valores universais”, manter a separação institucional entre Igreja e Estado “sem ceder à tentação secular de relegar a dimensão religiosa

Se a Europa começa a recuperar a sua fé na razão, pelo menos poderá, a tempo, redescobrir a razoabilidade da fé.

apenas para a esfera individual”, e promover um pluralismo saudável na educação, incluindo “total igualdade... para ambas escolas públicas e privadas”. (...)

As verdades que o Ocidente vive politicamente são verdades susceptíveis de defesa nacional, podem ser os agentes do renascimento da Europa como uma civilização culturalmente auto-confiante e capaz de definir as suas aspirações políticas democráticas. (...)

Se a Europa começa a recuperar a sua fé na razão, pelo menos poderá, a tempo, redescobrir a razoabilidade da fé, uma fé renovada na razão daria um antídoto para o aborrecimento espiritual que está a entorpecer a Europa, e abrir a prospectiva de um renascimento da liberdade no continente. (...)

Aqueles que amam a Europa, e o que significou e pode ainda significar para o mundo, devem esperar que homens como Ratzinger e Pera, e não os nihilistas, prevaleçam para acabar com as duas guerras culturais da Europa, um fim crucial para o futuro do Ocidente.

Nova Cidadania

Assine já!

A revista de referência em Portugal sobre teoria política e políticas públicas, relações internacionais e segurança.

FAÇA PARTE DESTA NOVA CIDADANIA.